

Ata nº 119 / XIII / 3.ª SL

Aos quatro dias do mês de abril de 2018, pelas nove horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre as relações diplomáticas bilaterais com a Federação Russa na sequência dos ataques de Salisbury.
2. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos desta Sessão conjunta das Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (2.ª), Defesa Nacional (3.ª), e Assuntos Europeus (4.ª), o Senhor **Presidente da 2.ª Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, que dirigiu os trabalhos, deu as boas-vindas a todos os participantes e, em especial, ao Senhor Vice-Presidente da 3.ª Comissão, Deputado Júlio Miranda Calha, e à Senhora Presidente da 4.ª Comissão, Deputada Regina Bastos, bem como ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, a quem agradeceu a disponibilidade e a presença, tendo seguidamente explicado a metodologia adotada para a Sessão.

Na sua intervenção inicial, referiu o Senhor **Ministro** que, de acordo com a posição britânica, existe uma alta probabilidade de poderem ser assacadas responsabilidades à Federação Russa pelos acontecimentos de Salisbury. Recordou que a posição de Portugal sobre esta questão __ merecedora de agradecimento formal por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido __ assentou e seis pilares:

- a) o cumprimento das responsabilidades na UE e na NATO, sendo que Portugal apoiaria,

- sem reservas, a firme condenação do ataque e a solidariedade para com o Reino Unido;
- b) conjugação daquela solidariedade com a condição portuguesa de nação global, atlantista e multilateralista, que não deseja um regresso à clivagem leste/ocidente;
 - c) valorização do diálogo política com todos, com acento na ONU e do Conselho da Europa;
 - d) prudência e cautela, pois a esta data as informações disponíveis apenas apontam para uma elevada probabilidade ao nível da responsabilidade pelo ataque, mas não uma certeza;
 - e) valorizar as instâncias multilaterais que permitiram a existência de campo político para a eliminação de armas químicas e respetivo controle internacional;
 - f) apoio aos portugueses residentes ou com interesses na Rússia, considerando as capacidades logísticas do pessoal diplomático na embaixada em Moscovo.

Na primeira ronda, interveio o Senhor **Deputado Carlos Costa Neves (PSD)**, para manifestar a discordância do seu Grupo Parlamentar relativamente à leitura dos factos e das medidas adotadas pelo Estado português. Considerando ter existido, neste caso, uma evidente falta de solidariedade, com reflexos na confiança e credibilidade da sua política externa. Considerou não se star a levar a sério a participação da Rússia na “guerra híbrida” que está em curso, e que a fragilidade das posições portuguesas, neste caso, como nos das invasões pela Rússia de territórios sobreanos na Ucrânia, Moldávia e Geórgia, porquanto dúbias e incaraterísticas, conduziram ao seu isolamento internacional. Perguntou se é verdade que Portugal se apresta a retirar as forças militares que possui no Kosovo.

Respondeu o Senhor **Ministro**, para aceitar a divergência que, considerou, ser mais de forma que de substância, sem por em causa a linha fundamental dos interesses defendidos pela política externa portuguesa. Refutou a alegada quebra de solidariedade para com o Reino Unido, tendo lido o original da carta que lhe foi endereçada pelo seu homólogo britânico. Entende que Portugal não foi dissonante face aos seus aliados, até porque não podemos ser ingénuos, relembrando as posições oficiais da Alemanha e França. No caso alemão, embora Berlim tenha mandado chamar três dos seus diplomatas em Moscovo, avançou com o projeto comum de construção do oleoduto com a Rússia. Paris, por seu lado, a par da expulsão de diplomatas russos, não desmarcou a presença de Macron no Fórum de São Petersburgo, em junho, onde discursará. De resto, no último Conselho Europeu, a posição da União foi que

cada Estado tratasse dos seus interesses individuais, conjugando, na medida do possível, formas de intervenção comuns. Lembrou que em tempo idos, Portugal alinhava, sem questionar, com as posições dos seus aliados, com os resultados sobejamente conhecidos. E lembrou que Portugal apoiou a imposição de sanções económicas europeias à Rússia, o que fez em nome da firmeza, mas também de forçar ao diálogo, no que apelidou de “política do duplo registo”. Quanto ao Kosovo, referiu que a decisão inda não está tomada. Porém, caso abandone o Kosovo, entrará em África, sob a égide da ONU, o que, na perspetiva nacional, é também uma prioridade.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, para manifestar a sua concordância com a posição oficial portuguesa nesta matéria, ilustrando uma maior autonomia estratégica da sua política externa. Lembrou que, apesar de se saber qual o agente químico empregado no ataque, não estar ainda confirmada a sua origem. Perguntou, qual havia sido a reação dos países aliados na UE e na NATO, acerca da posição portuguesa sobre Salisbury; e se Portugal foi, entretanto, o único país europeu a receber o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo.

Em resposta, sublinhou o Senhor **Ministro** a relevância de Portugal manter o alinhamento com os seus aliados no domínio do relacionamento com a Rússia, tendo mesmo citado as últimas declarações sobre esta matéria, do Secretário-geral da NATO. Portugal continua a dar preferência à “política do duplo registo”, tendo elencado um conjunto de países que, pese embora os antecedentes e sem que possam ser tidos como “russófilos”, mantêm os seus contactos com a Federação Russa a diferentes níveis. Neste aspeto, há que verificar qual a natureza dos interesses bilaterais que cada país detém com a Rússia, onde Portugal, não possuindo intensos laços económicos, faz questão de manter a sua postura de “construtor de pontes”.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, tendo começado por lembrar ter sido a segunda vez, desde o final da II Guerra Mundial, que ocorreu um ataque semelhante. Mais declarou concordância com a posição do Governo nesta matéria, mais inteligente que a posição portuguesa aquando da “fotografia das Lajes”, em que Portugal se limitou a acompanhar sem mais a posição das potências dominantes, com as consequência que são hoje, infelizmente, conhecidas, e relativamente às quais o PSD parece ter dois pesos e duas medidas, consoante os protagonistas. Perguntou, tendo em conta as informações disponíveis

acerca deste ataque, qual a posição dos restantes países aliados de Portugal acerca da “guerra híbrida” e da influência das *fake news* em processos eleitorais; se existem provas sobre Salisbury que Portugal não tenha tido acesso; qual o calendário a seguir por Portugal na avaliação desta situação de Salisbury.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que a política externa nacional, não sendo infalível, não pode fechar os olhos à história, devendo lidar, sobretudo, com certezas, pois somente com certezas se podem tomar decisões, para mais, quando estão em causa circunstâncias e valores muito importantes e sensíveis. Referiu, ainda, que Portugal decidiu em 2016, no quadro da União, as linhas estratégicas a seguir, mormente no contexto da Vizinhança a Leste.

Interveio o Senhor **Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP)**, que começou por felicitar o governo por ter comparecido no Parlamento, sede própria para avaliar politicamente esta questão. Salientou, depois, que a posição portuguesa contraria a da esmagadora maioria dos seus aliados, embora o CDS concorde com boa parte da posição portuguesa, designadamente no que respeita ao relacionamento bilateral com a Rússia, que deve ser acutelado. Perguntou se o Governo considera imprudentes e inconstantes as posições manifestadas por dezanove países da União; se Portugal considera a possibilidade de rever a sua posição no contexto do próximo Conselho de Ministros da União? E, finalmente, se existe margem segura de imputabilidade destes factos à Federação Russa.

Respondeu o Senhor **Ministro** que Portugal deve manter uma boa relação com a Rússia, desde que esta o permita, impondo-se firmeza e prudência na abordagem destas situações. As garantias existentes são as que forma expressas no último Conselho Europeu, apontando para uma alta probabilidade, e para uma investigação exaustiva, até resultados finais, tendo lembrado que a Rússia também não apresentou qualquer explicação alternativa atendível para os factos. Facto é que Portugal manteve a sua soberania intacta e que cada país da União foi prudente à sua maneira, tendo mantido intactos os respetivos interesses.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado António Filipe (PCP)** que começou por situar as atuais circunstâncias no quadro político interno do Reino Unido, onde a fragilidade do Governo May se alia às dificuldades advenientes do BREXIT. Identificou uma certa escalada de alguns

países da NATO relativamente à Rússia, tendo em conta, principalmente, a situação atualmente vivida na Síria. E lembrou, ainda, as consequências estratégicas do acordo das Lajes e do papel que Portugal aí desempenhou. Perguntou, qual é o interesse nacional nesta situação com a Rússia; como qualifica as medidas diplomáticas tomadas pelos diferentes países e se estas se basearam, exclusivamente, em informações britânicas; se o Reino Unido facultou a Portugal algum tipo de informação classificada ou se Portugal a solicitou; e, finalmente, de que factos depende a eventual reversão da posição portuguesa.

Em resposta, referiu o Senhor **Ministro** que Portugal respeita as posições soberanamente manifestadas pelos países seus aliados. Deu o exemplo do caso espanhol na eleição para o Conselho de Segurança da ONU, onde nunca foi pedido a Espanha, durante as primeiras rondas de votações, que não prejudicasse o interesse português (lembrou concorrerem com a candidatura portuguesa, uma argentina e outra costa-riquenha). Seguidamente, venceu as bases factuais nas quais se baseia a posição portuguesa face à Rússia; as informações judiciais e outras facultadas pelo Reino Unido, a crença na lealdade dos seus aliados, o histórico recente, e o facto de a Rússia não ter avançado com qualquer explicação alternativa. Porém, a suscetibilidade de poder ser revista esta posição está em aberto e privilegiará a consideração das posições que acerca desta matéria forem tomadas no âmbito supranacional, tendo salientado a atuação da Alta Representante para a Política Externa da União como referência a considerar na atuação da diplomacia portuguesa.

Entrados na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos seguintes Senhores Deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas:

Nuno Magalhães (CDS/PP), tendo questionado o MNE sobre que factos seria necessário obter prova para que Portugal revisse a sua posição acerca desta matéria.

Interveio o Senhor **Presidente**, sugerindo que, em face das inscrições para intervenção chegadas à Mesa, fosse dispensada a terceira ronda de intervenções, fechando-se a presente ronda com as duas últimas intervenções previstas para a sessão. Não tendo havido oposição, prosseguiu a sessão, com a concessão da palavra aos Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS), que começou por lembrar a imprensa do dia, onde se referia que o MNE teria preferido não vir à presente audição. E sinalizou, ainda, os dois eixos estratégicos

fundamentais da política externa portuguesa, que o Ministro havia identificado no seu discurso no início do corrente anos, no Instituto Diplomático: multilateralismo e comunidades portuguesas.

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para manifestar a sua posição estritamente pessoal, e não política ou partidária, acerca desta matéria: é contra a expulsão de diplomatas sem que existam provas seguras que a justifiquem. Prosseguiu, tendo frisado a ambiguidade patenteada pela posição do Ministro, de querer agradar interna e externamente, exercício que considerou impossível de alcançar, salvo se tal postura se destine a agradar aos parceiros da coligação que sustenta parlamentarmente o Governo.

Respondeu o Senhor **Ministro**, começando por distinguir aliados, de parceiros, enquadrando a Rússia nesta última categoria. Até prova melhor, Portugal não tem motivos para não acreditar nas informações oriundas do seu aliado Reino Unido, que qualificou a responsabilidade russa nestes acontecimentos como uma “alta probabilidade”. E lembrou que Portugal contribuiu ativamente na formulação textual consensualizada na última reunião do Conselho Europeu. Mais informou estar Portugal a preparar um documento onde se identificam os cinco eixos fundamentais do relacionamento bilateral com a Rússia, tendo antecipado três grandes preocupações neste domínio: relação comercial, segurança ciber, e resiliência das comunicações. Prosseguiu, declarando não aceitar __ como o sugere o PSD __ que o MNE tenha dito algo diferente daquilo que efetivamente disse, tendo lembrado que, aquando da anexação da Crimeia, nenhum partido político português veio exigir a expulsão de diplomatas russos em Portugal. Nem crê que venha a existir qualquer agravamento das relações com a NATO. Deve, outrossim, existir bastante prudência na análise das informações disponíveis sobre a matéria, sendo evidente que a forma como os países aliados estão a gerir a produção, tratamento e disseminação de informações, demonstra que os mesmos terão aprendido algo com os acontecimentos de 2003/2004.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável, [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 4 de Abril de 2018

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Rui Silva
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Fátima Ramos
Maria Augusta Santos
Miranda Calha
Rubina Berardo
Wanda Guimarães

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 11/09/2018.